

A EDUCAÇÃO E A SUPERVALORIZAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Camila Soares Simões

O ensino formalizado ocupa um lugar de hegemonia na sociedade contemporânea, mostrando-se aparentemente único meio para se obter um futuro promissor. A educação tornou-se, portanto, caminho primordial para o sucesso no mercado de trabalho e aquisição de um emprego digno. O diploma surgiu como a principal forma de conhecimento validado socialmente e, conseqüentemente, adquiriu valor de qualificação profissional indispensável para realizações e conquistas ocupacionais. Dessa forma, caso o indivíduo não se enquadre nesse contexto de possuir a diplomação, formação escolar e, posteriormente, formação acadêmica, possivelmente será marginalizado pela sociedade. A forma como as instituições educacionais estão organizadas assume hoje caráter socialmente excludente. Por isso, pensando na questão da supremacia da certificação profissional presente na sociedade contemporânea, cabe indagar de que forma essa qualificação reforça a exclusão social.

A escola emerge como um espaço de ensino institucionalizado em que há a propagação de conhecimento entre detentores do saber (professores) e aprendizes (alunos). Em seu artigo “O silêncio ou a profanação do outro”, Tunes (2011) afirma que a instituição escolar detém o monopólio radical, ou seja, adquire o controle exclusivo sobre a sociedade, sendo a principal possibilidade de transmissão de saber utilizada para alcançar um futuro próspero. Ao implementar esse monopólio, a escola acaba desqualificando e desautorizando outras formas de saber. Retira-se, então, a autonomia do indivíduo, sua capacitação de se desenvolver por si mesmo e cria-se uma dependência ao sistema escolar.

Com relação à estruturação do sistema acadêmico, Ivan Illich (1985) apresenta uma crítica construtiva afirmando que um dos principais problemas que temos na atualidade é a questão da valorização do serviço educacional que se sobrepõe à qualidade do ensino. De acordo com esse entendimento, a sociedade assume a crença de que, quanto mais longa for a escolaridade, melhor será o conhecimento adquirido e, conseqüentemente, isso resultará em mais sucesso financeiro e profissional. Desconsidera-se a principal questão, que é a efetivação do conteúdo aprendido e sua qualidade quando aplicada na vida pessoal e também profissional. Assim, ocorre uma confusão entre ensino- aprendizagem e diploma-competência profissional, por exemplo.

Pensando sobre essa confusão, podemos afirmar que não necessariamente a posse de um diploma indica a presença efetiva de uma competência profissional. Se tomarmos como

exemplo uma pessoa que é aprovada na prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e recebe a certificação, isso não significa que exercerá a sua função da forma mais qualificada possível. Precisamos separar essa ideia institucionalizada, pois uma coisa é ter diploma em Direito e ter sua inscrição na OAB, outra coisa é ter competência para desempenhar a advocacia, ou seja, ser um advogado.

Para além da educação, a escola tornou-se um ambiente que, de modo geral, polariza a sociedade, ou seja, aqueles que detêm a oportunidade de ser escolarizados e graduados ocuparão necessariamente uma melhor posição social do que aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar o ensino escolar (ILLICH, 1985). Logo, esses últimos muitas vezes são excluídos por não apresentarem a qualificação necessária e exigida pelos padrões impostos socialmente. Considerados, portanto, improdutivos e possivelmente desqualificados para um futuro mercado de trabalho. Esses indivíduos marginalizados não encontram um lugar de pertencimento na escala social tendo, nesse sentido, uma existência limitada à sobrevivência diária e particular (SCOREL, 1998 apud TUNES, 2011).

No imaginário contemporâneo, ter um futuro promissor tornou-se sinônimo de graduação acadêmica, de modo que os indivíduos que necessariamente seguem esse caminho têm maior probabilidade de um melhor retorno financeiro e satisfação com a vida. À medida que as pessoas se distanciam desse processo, seja por falta de oportunidade ou somente por uma escolha, como a de fazer um curso técnico, por exemplo, há conseqüentemente certo desmerecimento. Isso acontece justamente porque essas pessoas não foram graduadas e não receberam certificação. Nesse contexto, muitas vezes, as pessoas incorporam a ideia de incapacidade e ineficiência para exercer determinadas funções e acabam sendo socialmente marginalizadas e taxadas como “inferiores” e “fora do padrão”.

Sobre o contexto escolar brasileiro, Souza (2017) afirma que, por excelência, a população do século passado compreendia a escolarização como a única forma de garantir formação acadêmica e certificação profissional. Assim, buscava-se alcançar a ascensão social e conquistar realizações. O diploma, nesse sentido, tornou-se o principal encarregado de possibilitar a concretização de melhor posição social, ou seja, de mudança de classe e a realização do sonho de subsistência. Então, podemos inferir que a diplomação detém certa supremacia perante outras formas de qualificação, como cursos profissionalizantes, pelo fato de ser socialmente a forma mais aceitável para alcançar bons resultados, tanto na escala social quanto na escala financeira e profissional.

Instituiu-se uma ideia ilusória por meio da supervalorização do diploma, já que, muitas vezes, atribuímos valor simbólico significativo a essa certificação que, na realidade, não prepara

adequadamente indivíduos para sua chegada no mercado de trabalho e nem atende às suas expectativas. Além disso, ter um diploma em mãos não é garantia suficiente de conquista de empregabilidade ou sucesso na vida. O mercado de trabalho está cada vez mais requisitando a necessidade de uma constante atualização e preparação profissional para contratação de indivíduos capacitados a atender às demandas exigidas. Dessa forma, evidentemente, o indivíduo tem que encontrar formas de se diferenciar. Além disso, o aumento da concorrência ocupacional e a saturação dos diplomas dentro de um sistema de recrutamento pode ser aqui outro fator a se pensar para “desamarrar” essa ideia sobrevalorizada de diplomação.

Voltando à questão inicial, o diploma como a materialização do saber escolar acaba assumindo também caráter excludente, ou seja, de exclusão social (TUNES, 2011), na medida em que é organizado para seguir o modelo de organização burocrático de educação, paradigma este que estabelece as regras para novas práticas de ensino e composição curriculares. É também preciso considerar que mudanças somente serão significativas caso a concepção de que “é necessário um diploma para se ter sucesso” tome outro sentido, já que essa afirmação reflete outra realidade. Além disso, é igualmente necessária uma transformação na estruturação escolar tanto na sua forma de transmitir conhecimento quanto na forma de instituir certificação profissional.

REFERÊNCIAS

- ESCOREL, S. **Vidas ao léu: uma etnografia da exclusão social**. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade de Brasília, Brasília, 1998.
- ILLICH, I.. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SOUZA, J.. **Escola! Cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora**. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- TUNES, E. (Org). **Sem escola, sem documento**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.